

O INVENTÁRIO E SEUS ACTORES E ACTRIZES NO PANORAMA MUSEOLÓGICO PORTUGUÊS

Museu Municipal de Portimão

Património flúvio-marítimo e identidade local

Ana Patrícia Ramos e Ana Alexandre

(Técnicas superiores da equipa do Museu com intervenção na área do inventário)

Portimão - 16 /11 / 2009

Temos aqui a Ana Patrícia Ramos (A.P.R.) e a Ana Alexandre (A.A.), as duas pessoas responsáveis pela área de inventário do Museu...

A.P.R.: Somos duas das pessoas que, neste momento, estamos a trabalhar no inventário do Museu, não somos responsáveis pelo inventário porque ele está organizado de forma a que diferentes pessoas ocupem o inventário de acordo com as áreas profissionais também de cada uma; eu e a Ana Alexandre, neste caso, estamos mais relacionadas com uma vertente flúvio-marítima, portanto, com o património relacionado com a indústria conserveira, com os estaleiros, com esta parte também de etnografia e de património industrial, desculpe, imaterial...

Imaterial...

A.P.R.: Imaterial, sim, e daí estarmos cá hoje, se calhar se tivesse a fazer um trabalho sobre inventário mais relacionado com Arqueologia, se calhar tinha aqui...

Outra pessoa...

A.P.R.: Outra pessoa, exactamente.

Muito bem, então vamos começar com a primeira questão que é precisamente a que tem a ver com as dez primeiras palavras que venham à mente de uma de vocês; uma das pessoas que costuma lidar com a questão do inventário que me responda a esta questão e que me diga, simplesmente, os dez primeiros termos que tenham relação com o inventário, segundo o vosso entendimento.

1. A inventariação, o inventariante e o Museu

Sobre a função da inventariação:

1.1. Diga-me as dez primeiras palavras que lhe venham ao pensamento quando ouve falar em “inventário”.

A.P.R.: Segundo o nosso entendimento...

1. Recolha
2. História
3. Objectos
4. Testemunhos
5. Imagens
6. Registos
7. Conservação (não sei quantos é que me faltam... três...)

A. A.: Posso dizer um? Para mim há um que é importante que é comunicação

8. Comunicação....

A.P.R.: 9. Colecção, se quiseses dizer mais algum...

A.A.: 10. Se calhar, Classificação ou individualização, também, tem a ver muito com...

Qual dos dois...entre classificação e individualização...?

A.A.: Eu acho que a Classificação é importante, conferir a identidade... identidade também podia ser uma palavra, a identidade da peça.

1.2. Queria pedir-lhe para me desenhar/descrever, primeiro por palavras, mas também num esquema simples, o circuito de inventariação do Museu nas condições actuais.

E agora, podemos desenhar o circuito do inventário, vocês conseguiram perceber o que é que é o circuito do inventário, não é?

A.P.R.: Sim, eu julgo que sim, daquilo que conversámos eu acho que sim, acho que é, ao fim e ao cabo é o percurso que é feito com todas as fases referentes e que entrarão depois até no inventário onde é que começa, por onde passa...

Se quiser desenhar, à vontade.

A.P.R.: Bom, então é assim, nós consideramos que a fase inicial do inventário seria a recolha de campo, pronto, nós temos um, enfim, este Museu já tem um certo historial em termos de recolhas porque enfim aqui o edifício é muito recente e a abertura é muito recente mas o projecto já tem muitos aninhos...

Quantos anos tem o projecto museológico?

A.P.R.: Isto começou como uma Comissão Instaladora para o Museu Municipal e, se não estou enganada, acho que é de 83...

Ah, e quando é que abriu pela primeira vez as portas, como museu...

A.P.R.: Abriu em Maio de 2008

Não, isso foi aqui, mas o antigo Museu, pela primeira vez, como Museu Municipal...

A.P.R.: Isto é assim: nós começámos como esta Comissão Instaladora para o Museu Municipal, pronto, depois entretanto iniciaram-se na altura uma série de recolhas, enfim, de diferentes temáticas relacionadas aqui com o nosso património local desde a arqueologia, património industrial, etnografia, iconografia, enfim uma série de coisas, e depois entretanto nós adquirimos o edifício do Museu, julgo que em 96, foi uma coisa assim, 96 ou 93, olhe eu agora não posso precisar mas depois se quiser mais informações, nós arranjam os isso...

Mas então em relação ao Arquivo Histórico, como museu só abriu em 2008?

A.P.R.: Nós, na altura em que mais ou menos coincidiu com a compra aqui do edifício, nós passámos de Comissão Instaladora para projecto de Museu Municipal e, lá está, e Centro de Documentação e Arquivo Histórico, nós sempre tivemos esta componente cá reunida, é verdade, agora...como museu, Museu de Portimão desde que abriu, desde 2008...é claro que nós temos vindo a ter actividade muito antes disso porque ainda antes de o edifício ir para obras nós já o utilizávamos como um espaço de exposições, portanto já havia uma

actividade, claro, e uma dinâmica, para além depois deste trabalho todo de bastidor, não é? de tratar as colecções, da recolha, enfim, de estudar e reunir informações.

Então, como é que continua o circuito?

A.P.R.: Temos aqui a recolha de campo, esta fase para nós é importante porque muitas das colecções e especificamente relacionadas com a vertente flúvio-marítima, geralmente nós temos ido recolhê-las ao contexto, em boa parte dos casos, ao contexto de origem de actividade e aí, geralmente, procede-se, portanto, à listagem dos materiais existentes, à fotografia dos materiais, portanto, nesse contexto e ao contexto em si que também tem a sua importância...

Não quer colocar esses três pontos aí?

Pela conversa julgo que são indispensáveis, que são coisas que vocês vão fazer mesmo no terreno...

A.P.R.: A listagem de materiais, portanto, a fotografia, a fotografia, portanto, a fotografia dos materiais no contexto de origem, de origem quer dizer, às vezes já não é bem de origem, mas no contexto em que se encontram antes de os levantarmos, é nesta altura também que se começam a recolher algumas informações junto dos, enfim, dos responsáveis pelas peças, proprietários, familiares...

Recolha de informações, também, não? Peço desculpas de estar a interromper, mas depois, por vezes, quando passo ao computador estas coisas todas, e depois comparo o circuito de inventário...

A.P.R.: Exactamente, vê lá o que é que queres acrescentar aqui...

Pronto, geralmente, criamos aqui um primeiro contexto, e depois, entretanto, fazemos então o acondicionamento e o levantamento dos materiais e...

Aqui, desculpa, aqui, para além da listagem podemos pôr se calhar a questão da etiquetagem dos objectos...

Nós, geralmente, no contexto de recolha faz-se uma primeira etiqueta, não é? Com o número de entrada da peça, o número dito provisório que vai, ao fim e ao cabo, corresponder à segunda etapa, a seguir ao trabalho de campo, que é o registo provisório da peça... Ora, número provisório... Pronto, a seguir à recolha de campo aquilo geralmente que acontece é que depois as peças, entretanto, dão entrada no Museu onde se faz então o primeiro registo provisório por assim dizer; eu vou pôr aqui o registo provisório.

O que tem acontecido é que quando a peça dá entrada faz-se então uma ficha borrão, a chamada ficha borrão que é uma primeira ficha, que é uma espécie quase de ... esta ficha borrão, portanto, é uma ficha onde se colocam, por assim dizer, as primeiras informações relacionadas com a peça, é um registo também sumário das características da peça.

Quem faz isso mais é até aqui a Ana, ela se calhar até pode falar um bocadinho mais sobre isso...

Eu acho que é isso, há um registo provisório, uma dita ficha borrão e, a par disso, também se faz uma ficha de conservação quando a peça chega, em que o técnico de conservação dá o parecer... pronto...

Ficha borrão, ficha de conservação, não tinha dito uma terceira, não?

A.P.R.: Isto tudo que está dentro do chamado registo provisório que nós fazemos à chegada da peça... aqui na ficha borrão é assim, isto geralmente em termos de acondicionamento

depois das peças no Museu, durante esta fase elas também não têm o sítio definitivo, portanto também têm ainda um sítio intermédio que é aquele espaço que nós vimos... essa peça já tem a ficha borrão e a ficha de conservação e aguarda só que os nossos colegas tenham tempo de intervencioná-la. No acto de levantamento da recolha, de acordo com o tipo de aquisição, se for por exemplo doação nós geralmente também fazemos um auto que depois, claro, é assinado aqui pelo nosso director e pelo doador portanto para formalizar também o processo, pronto...

O registo provisório é feito aqui no Museu, podemos pôr aqui no Museu? Já está, a peça já entrou no Museu, vocês já estão a trabalhar aqui...

A.P.R.: Depois do registo provisório, passa-se então para o inventário propriamente dito. Este inventário - eu vou pôr aqui inventário - numa primeira fase ainda é manual, pronto, o inventário manual tem a ver com o registo de algumas informações, um registo sumário numa ficha que nós temos de inventário manual que é uma fichinha verde. Nós por acaso temos lá em cima, podemos mostrar depois lá em cima e temos também, portanto, o registo no livro de inventário geral, no livro do tombo, queria só acrescentar que, nesta altura aqui da ficha manual e da ficha verde, já é dado o número, propriamente: o número de inventário à peça, número definitivo...portanto atribuição do número...desculpem lá, isto fica é a lápis....

Que eu consiga perceber a letra, está bem?

A.P.R.: Inventário manual, "ficha verde", verde podes pôr entre aspas, a gente chama verde porque a ficha tem essa cor, é só para nós podermos distinguir, é uma ficha de inventário e depois temos a ficha de movimento...

E preenchem as três ao mesmo tempo?

A.P.R.: A ficha de movimento é preenchida ao mesmo tempo que a ficha verde, é feita a ficha verde e simultaneamente feita a ficha de movimento porque a partir daí que é dado um número de inventário, sempre que a peça é movimentada por qualquer motivo tem que se escrever nessa ficha qual é o motivo, imagina, ela aí nessa ficha vai ser logo dito que ela tá na reserva tal com aquela cota, quer seja para empréstimo, para ser fotografada ou para conservação a partir daí terá sempre naquela ficha de movimento...

Ou seja, tu abres logo a ficha de movimento, é simultâneo, ainda que a peça não sofra logo uma movimentação tem ficha aberta ainda que fique em branco tem um número de inventário e a localização...

E a ficha verde, é o primeiro modelo de ficha, é isso? Manual...

Guardam essas fichas depois? Uma vez informatizadas?

A.P.R.: No cofre... A seguir ao procedimento manual nós depois passamos aqui para o registo informático portanto para o inventário informático ...

Mas guardam este tipo de objectos mais artesanais, entre aspas...

A.P.R.: Sim, temos um ficheiro próprio que está feito por ordem que é dado o número de inventário...

Aqui no registo informático, portanto, o programa adoptado é o *in patrimonium premium*, nós começámos pelo *in patrimonium* e neste momento adquirimos muito recentemente o *in patrimonium premium*, estamos portanto numa fase também de explorar o programa porque

este programa já o adquirimos com uma nova versão, temos o *in arte* temos o *in domus* e temos o *in memória* para o património imaterial (PCI)...

Já está a funcionar o *in memória*, neste Museu?

A.P.R.: Já está mas nós ainda não introduzimos dado nenhum...É isso que a Patrícia estava a dizer, nós estamos numa fase agora de explorar esta dita versão *premium* com estas três vertentes; o que vai acontecer depois é que virão então ... nós estamos numa versão de teste... virão então instalar a versão mesmo definitiva...nós neste momento estamos numa versão de teste...

Mas já trabalhavam com o *in patrimonium*? Trabalharam nalguma migração?

A.P.R.: Não fizemos nenhuma migração, os dados estão... ninguém está a mexer nos dados que eram para não estar a alterar nada; foi feita uma cópia de segurança e nós estamos a trabalhar numa cópia só para nosso uso interno para podermos ver as dificuldades que temos com o programa, ou não, e depois recebermos formação mas, à partida, vamos fazer uma migração dos dados de um para o outro. Essa cópia de segurança, os dados, serão transpostos para esta nova versão, até porque este novo programa do *in patrimonium premium*, embora as diferenças não sejam muitas, mas existem novas aplicações, novas aplicabilidades e, portanto... e nós quando adquirimos o *in patrimonium*, o primeiro, tínhamos também na altura a equipa do Museu um pouco mais reduzida; neste momento já somos uma equipa, portanto, numerosa.

De início quem trabalhava com o programa, portanto, tínhamos apenas uma técnica e neste momento a equipa de inventário, portanto, está a expandir-se e portanto agora é uma fase de explorar e de aprender também a trabalhar com o programa para então depois fazermos esse trabalho mais sistematizado e continuado.

Mas já estiveram a fazer uma consulta no *in memória*... para a frente e para trás para tentar perceber o que é que contém?

A.P.R.: Sim, nós sabemos mais ou menos o que é que contém, até porque o engenheiro da Sistemas do Futuro fez uma demonstração do programa, nós estivemos a ver os campos que o *in memória* tinha, nós na altura já tínhamos conhecimento do programa...

O Alexandre, o Alexandre Marques?

A.P.R.: O Alexandre Marques, sim, nós já tínhamos também, porque é assim: nós começámos a estudar por assim dizer o *in património* e, portanto, e até havia uma certa comparação de alguns campos com o *Matriz* e, na altura, portanto havia algumas dúvidas que nós tínhamos relativamente aonde é que iríamos colocar algumas informações que eram necessárias como por exemplo o historial da peça que para nós era fundamental e, portanto, com este *in memória* aquilo que nós percebemos é que depois temos realmente um determinado conjunto de informação que vai ficar realmente arrumado por assim dizer e, portanto, nós conhecemos algumas funcionalidades do programa, agora inserir dados ainda não conseguimos fazê-lo.

A ficha que poderiam enviar seria a do *in património*?

A.P.R.: Sim, exactamente. Quer que meta aqui o *in domus*, *in arte* e *in memória*?

Sim, pronto, porque como cada museu é um caso diferente, há museus que têm o *in patrimonium* mas não têm estas opções. E a minha cabeça não decora tudo.

A.P.R.: Pronto, nós, enfim, nós optámos por estes três programas exactamente porque temos espólio imóvel para inventariar e para isso é o *in domus*, depois temos esta questão do património móvel e por fim portanto temos a questão do PCI porque muitas destas recolhas aliás as recolhas relacionadas com esta vertente flúvio-marítima são geralmente acompanhadas por uma recolha sempre de testemunhos orais, vídeo... enfim

Muito bem, perfeito, e portanto o circuito chega até aqui? Há mais alguma coisa?

A.P.R.: Não sei, para já, para já estamos assim... agora a próxima questão que é o ideal....

1.3. Gostaria então que me dissesse, sob condições ideais, qual seria o circuito adequado.

As condições ideais, muito bem.

A.P.R.: Pronto, aí prolongaríamos este circuito porque a ideia será, espero que proximamente, quando este programa estiver já a ser operado de uma forma sistemática e que os dados já estejam organizados, aquilo que se pretende também é tornar estes dados acessíveis ao público. E portanto, aquilo que se espera realmente é criar um sistema, por exemplo ao nível do Centro de Documentação, que faça a articulação entre o trabalho de inventário e depois a sua divulgação ao público. Este programa permite essa aplicabilidade por exemplo em termos de internet e por tanto a ideia é que as informações aqui contidas também possam estar disponíveis para investigação, coordenação de exposições...

Se tivessem que passar isto a escrito podíamos fazer aqui uma linha, por ideal, e depois, que é que vocês acrescentavam, como é que denominavam essa outra fase?

A.P.R.: Eu acho que esta outra fase seria um 4, tem muito a ver, julgo eu, com a comunicação, função que o inventário deverá também ter, e de articulação pelo seguinte, por que nós aqui também temos o Centro de Documentação e o Arquivo Histórico e portanto aquilo que se pretende é criar um sistema de informação integrada onde se possa, onde estes diferentes espólios comuniquem entre si e possam estar acessíveis depois não só aos funcionários do Museu como também ao público que nos vem visitar, públicos distintos, enfim.

Como é que se poderia chamar essa fase?

A.P.R.: Se calhar, sistema de informação, e se calhar um ponto 4.1. teria comunicação para os públicos. Portanto aqui articulação com o Centro de Documentação e Arquivo Histórico. Se calhar eu depois passo-lhe isto a limpo.

Não preciso obrigada.

A.P.R.: E depois em relação aos públicos tornar o sistema de inventário acessível ao público e nomeadamente essa vertente do PCI.

Depois, eu acho que já neste plano do ideal, existiriam outras questões que nós tínhamos falado, que tinha a ver com o facto de uma coisa a que nós aspiramos: a possibilidade de, no acto das recolhas de colecção, se poder proceder logo também ao seu estudo e inventariação, porque aquilo que nós temos é um inventário retrospectivo.

Portanto nós temos o nosso inventário organizado, não cronologicamente, por ordem de entrada das colecções, mas muitas vezes por ordem de prioridade dos tipos de colecções.

Muitas vezes também tem a ver com os próprios objectivos do Museu, como por exemplo exposições, porque isto tem sido uma recolha que foi feita ao longo de vários anos e de início a equipa também não reunia todos os meios para elaborar o estudo das colecções e sua inventariação. Portanto o inventário que nós temos estado a fazer é um inventário retrospectivo e sumário, portanto o que se pretende daqui para a frente que possam vir a ser estudadas as colecções com outras condições e proceder a um inventário, por assim dizer, sumário.

Quando vocês dizem sumário são os dados mais importantes de cada peça?

Sim.

De caracterização física?

A.P.R.: A Ana é que pode responder melhor.

A.A.: de caracterização da peça, medidas, colecção, descrição, ficha de conservação que acompanha, sempre que possível uma história da peça para recolher essa informação, para não perdermos essa informação que vamos ter de colocá-la logo e uma descrição sumária. Basicamente são esses.

Mais relacionados com o que poderia ser a componente imaterial, vocês falam da função que teve o objecto e do seu historial.

A.P.R.: E das circunstâncias do achado também...

Tudo isso entra no sumário? Circunstâncias do achado, função, história da peça... e conseguem logo à partida colocar toda essa informação na base de dados

A.P.R.: Para as peças que estão estudadas, essa informação vai ser logo metida, para as peças que estão em investigação, essa informação tem vindo a ser logo metida, por exemplo... por acaso não sei se os estaleiros foram desses casos, mas noutro tipo de colecções, que não o Património Flúvio-marítimo (PFM), o pasteleiro, o latoeiro... isso tem vindo a acontecer. Aquilo que se pretende daqui para a frente realmente é deixar esse inventário sumário e passar a fazer um inventário completo.

Nestes casos de estas temáticas investe-se realmente nesta vertente do PCI, das recolhas orais, recolhas de vídeo, porque há esta vertente física do objecto mais depois há esta componente de memória, de história, que é muito interessante para a gente.

A.A.: São dados que acabamos por ter e que agora é uma questão de ubicá-los no programa.

A.P.R.: Exactamente, e para algumas colecções nos já temos esses dados também, e agora vamos tentar passá-los para o sistema de inventário informático, também acontece isso.

Esse sumário é o que está a fazer com a informação retroactiva? Que já existia?

A.P.R.: Exactamente.

Do que já existia no Museu, que é que está inventariado actualmente de modo sumário?

A.P.R.: Por colecções?

Por percentagens, aproximadamente.

A.P.R.: Por exemplo industria conserveira...

Podemos falar, por exemplo em 50%?

A.P.R.: Sim é capaz de ser.

E os outros 50% como é que estão? Em fichas de papel da época?

A.P.R.: Está com registo provisório, etiqueta, anotações provisórias (efectuadas na altura da recolha).

A. A.: Algumas delas estão medidas e tem a dita ficha de conservação.

50% está na fase 3 e 50% na fase 2, é assim?

A.P.R.: Sim, por ai. Elas tem todas nº de entrada provisório, mas realmente estes 50% não têm ainda nº de inventário.

E agora se eu viesse bater à porta do Museu e doar uma peça que vos interessa muito por não terem nada similar no Museu... ficava aqui.

A.P.R.: Não, agora como já temos uma equipa constituída...

A.A.: Não é retrospectivo mas é feito na altura.

E aí é onde vocês referiam essas condições ideais que vos permitissem investir um certo tempo na pesquisa.

A.A.: Exactamente.

Se falássemos do inventário ideal vocês investiam na pesquisa e deixavam tudo feito?

A.A.: Sim, o máximo.

De 1 a 5, tudo feito.

A.A.: Sim. Ou seja, aquilo que se pretendia é que este registo provisório da ficha borrão também pudesse ser encurtado. Então ponto 5...

Ponto 5: investir no inventário completo cronológico por ordem de entrada aprofundando de imediato a investigação.

Que é que acham? Fica por aqui o ideal tendo em conta que nos referimos a uma situação onde desaparecem todos os tipos de condicionantes, humanos, económicos...?

Ou seja, se fosse possível fazer realidade o vosso sonho de inventariantes, qual seria?

A.P.R.: Eu acho que enquanto inventariante, e como nós aqui é obvio que cada uma de nós para além do inventário tem a sua função no Museu, não se pode ter uma continuação que permita que o inventário possa ser feito sem grandes interrupções, que seja um trabalho continuado, sistemático.

Isto na prática é uma realidade muito complicada, não é? Mas em termos ideais sim. Nós por exemplo sabemos de museus que às vezes contratam equipas simplesmente para inventariar colecções.

Então isto seria o ponto 6: poder fazer o trabalho continuado.

Porque se vocês tivessem possibilidade de trabalhar exclusivamente no inventário, gostavam de poder fazê-lo organizando o vosso dia-a-dia de outra maneira, atendendo a essas situações todas que vão ficando pelo caminho?

A.P.R.: Sim eu acho que o trabalho de inventário devia ser uma coisa continuada.

Eu aqui punha “e”, para depois poder-me lembrar de que são 2 tipos de fichas diferentes, ficha verde e ficha ... Ah e depois há aqui uma outra situação, que para além do livro de tomo há o livro de depósito, exactamente. Porque é assim, há situações de incorporação como a doação mas também temos situações em que há peças que estão apenas depositadas, e nós para isso o processo é o mesmo mas em vez de preenchermos o livro de tomo temos um livro de depósito. No inventário informatizado essa situação fica definida como sendo uma situação à parte.

Relativamente ao último ponto do primeiro bloco temático:

1.4. Qual o circuito que foi utilizado na organização do inventário dos bens patrimoniais procedentes do universo flúvio-marítimo que se encontram sob a responsabilidade do Museu? Faz a gentileza de mo descrever?

Há alguma questão que torne o inventário desta tipologia patrimonial diferente ou é seguido o mesmo processo?

A.P.R.: Eu acho que é seguido essencialmente o mesmo processo. Como lhe digo, o que tem acontecido ao longo desse inventário e como há um espólio considerável que tem sido recolhido ultimamente, temos feito logo uma recolha de registos orais, complementados quando possível com fotografias, vídeo...

Falando nas modalidades de incorporação

2. A última incorporação

2.1. Diga-me em qual das modalidades são feitas normalmente as incorporações dos bens/exemplares individuais de PFM:

2.1.1. Compra	<input type="checkbox"/>	2.1.10. Proveniência desconhecida	<input type="checkbox"/>
2.1.2. Doação	<input checked="" type="checkbox"/>	2.1.11. Herança	<input type="checkbox"/>
2.1.3. Empréstimo	<input type="checkbox"/>	2.1.12. Permuta	<input type="checkbox"/>
2.1.4. Legado	<input type="checkbox"/>	2.1.13. Afectação permanente	<input type="checkbox"/>
2.1.5. Recolha	<input type="checkbox"/>	2.1.14. Preferência	<input type="checkbox"/>
2.1.6. Achado	<input type="checkbox"/>	2.1.15. Dação em pagamento	<input type="checkbox"/>
2.1.7. Transferência	<input type="checkbox"/>	2.1.16. Depósito	<input type="checkbox"/>
2.1.8. Expropriação	<input type="checkbox"/>	2.1.17. Produção própria	<input type="checkbox"/>
2.1.9. Fundo antigo	<input type="checkbox"/>	2.1.18. Outra. Qual?.....	

A.P.R.: Primeiro, doação e segunda, talvez, compra. Quando fala em incorporação refere-se a PFM?

Sim.

A.P.R.: Então sim, compra.

E depois, nós utilizamos bastante aqui o empréstimo. Por exemplo, a exposição das carrinhas que temos agora patente é feita em grande parte à base de empréstimos.

Então falando em PFM a primeira opção é a doação. E depois?

A.P.R.: Talvez o empréstimo.

E então a compra é o terceiro...

A.P.R.: Sim.

E nas restantes colecções do Museu, mantemos essa ordem?

A.P.R.: Temos também situações de depósito...

Então quarta opção?

A.P.R.: Não, talvez terceira, junto da compra. E depois, temos situações relacionadas com espólio arqueológico, e temos depois também recolhas e achados, talvez ao mesmo nível que o depósito.

E depois, por último, no geral, recolhas e achados.

2.2. Indique-me agora em qual das modalidades são feitas as incorporações de colecções de PFM:

2.2.1. Compra	<input type="checkbox"/>	2.2.10. Proveniência desconhecida	<input type="checkbox"/>
2.2.2. Doação	<input checked="" type="checkbox"/>	2.2.11. Herança	<input type="checkbox"/>
2.2.3. Empréstimo	<input type="checkbox"/>	2.2.12. Permuta	<input type="checkbox"/>
2.2.4. Legado	<input type="checkbox"/>	2.2.13. Afectação permanente	<input type="checkbox"/>
2.2.5. Recolha	<input type="checkbox"/>	2.2.14. Preferência	<input type="checkbox"/>
2.2.6. Achado	<input type="checkbox"/>	2.2.15. Dação em pagamento	<input type="checkbox"/>
2.2.7. Transferência	<input type="checkbox"/>	2.2.16. Depósito	<input type="checkbox"/>
2.2.8. Expropriação	<input type="checkbox"/>	2.2.17. Produção própria	<input type="checkbox"/>
2.2.9. Fundo antigo	<input type="checkbox"/>	2.2.18. Outra. Qual?.....	

A.P.R.: Doação, quase sempre em primeiro lugar, porque as nossas recolhas são feitas quase todas com doações; depois o empréstimo, sim, a ordem é a mesma.

2.3. Quais os critérios a seguir quando da incorporação de um bem/exemplar?

A.A.: Tem a ver com a política de incorporação do Museu. O Museu aceita, entre aspas, aquilo que está estabelecido na política de incorporações.

E a que é que a política de incorporações dá prioridade?

A.A.: Nos podemos facultar-lhe o documento...

Isso era muito interessante.

A.P.R.: Mas tem muito a ver com aquilo que a Ana Alexandre estava a dizer, com a vocação e missão do Museu, as colecções existentes, a história local, a identidade da comunidade com esta questão da sociedade, do território e da identidade, que é aquilo que norteia, ao fim e ao cabo, o nosso discurso museológico. Depois, é feito esse documento que é o auto de doação, que depois no acto de entrega da documentação formaliza a situação...

Então se pudessem enviar a política de incorporações...

A.P.R.: Sim, vamos falar com a Isabel e com o Professor Gameiro e enviamos por mail.

Sim, obrigada.

A.P.R.: O que é isto de fundo antigo?

São colecções que já existiam antes da formalização do Museu como instituição pública, que se encontravam, por exemplo, na casa que depois se transformou em Museu...

A.P.R.: Nós aqui, quando adquirimos a fábrica...tínhamos equipamentos da fábrica antiga e tínhamos documentação...

Mas não é fundo antigo pois vocês nessa altura já existiam como museu.

A.P.R.: Ah, já estou a perceber...

3. Uma história simples

Pode contar-me uma história acerca de uma dessas incorporações - ou de outra que lhe venha à memória agora e que julgue interessante - referindo em especial:

- 3.1. A data – certa ou aproximada – em que ocorreu;
- 3.2. As negociações entre o doador, ou vendedor, e a direcção do Museu ou quem o representou (as pessoas que participaram nessas reuniões);
- 3.3. Onde estava guardado/localizado o bem/exemplar ou a colecção?
- 3.4. Como se fez o reconhecimento local da situação em que se encontrava o bem/exemplar? A pessoa que fez a venda ou a doação deixou tirar fotografias no local?
- 3.5. As observações que foram efectuadas nesse local foram consideradas importantes para o conhecimento desse bem/exemplar e para a sua *nova forma de vida* no contexto do Museu?
- 3.6. A chegada ao Museu: Quem se interessa por ver o bem/exemplar ou colecção? Quem tem acesso a ele? Contam-se histórias? Acontece algo de novo no Museu e nas relações entre as pessoas?
- 3.7. Como são feitos o inventário e a arrumação, no contexto do Museu?

A.P.R.: O Ana Alexandre, eu pensei na história do Mestre, do Sr. Martins.

Nós em 2001, adquirimos a colecção a que damos o nome do Sr. que era um antigo mestre naval: o Sr. José Martins. A família contactou o Museu porque, na altura, conhecia o nosso projecto e a intenção era realmente conhecer as nossas condições para saber se portanto doariam a colecção do Sr. E nessa altura o contacto foi feito com o nosso Director, o Dr. José Gameiro.

É obvio que a colecção tinha toda a pertinência aqui em termos de Museu. Ele tinha sido um antigo construtor de embarcações que, entretanto, depois especializou-se em embarcações desportivas e portanto era uma pessoa até aqui muito conhecida ao nível local.

Portanto conversou-se e sim, achou-se que sim, que tinha todo o sentido. Nos contactos a seguir fui eu que contactei a família do senhor, que na altura eram a filha e o neto, e aquilo

que aconteceu é que houve algumas conversas e algumas entrevistas no sentido de documentar o espólio que iria ser levantado, até porque a filha se fazia acompanhar de uma série de fotografias que permitiam datar algumas colecções, algumas peças...

Ela também nos contou um bocadinho, ao fim e ao cabo, da história de vida e de família do pai, até porque nós, na altura, não recolhemos só o espólio do pai, trouxemos também o da mãe, porque a mãe era modista. Portanto, ao fim e ao cabo, isto já é um espólio quase de família. Houve logo essas primeiras conversas com os pormenores de vida que permitiam contextualizar as peças também.

Depois, a outra etapa foi dirigir-nos ao local onde estavam as peças, que já não era o local de trabalho do senhor portanto era uma espécie de garagem do prédio onde a família vivia, e aí procedemos a uma listagem pormenorizada dos materiais com mais dois ou três técnicos na altura daqui do Museu.

Vocês as duas e mais três... cinco pessoas.

A.P.R.: A Ana A. na altura não estava cá, fui eu e mais... sim em 2001. Foi fotografado o local também, foram fotografadas as peças...

Portanto recolha fotográfica, recolha oral. Sim fez-se uma listagem dos materiais logo na altura, e julgo que aí não colocámos as etiquetas temporárias, acho que identificámos os materiais, acondicionámos e levantámos. Portanto mais uma vez o processo foi todo formalizado e entretanto, depois cá é que foram feitas as fichas de borrão até porque esta colecção era uma colecção vasta, tinha espólio, tinha documentação, tinha projectos, tinha plantas, em fim uma série de materiais. Depois cá foram feitas todas as fichas borrão, enfim todo o processo.

Bom mas vocês levam em mente a política de incorporações quando chegam ali e se deparam com uma série de objectos...

A.P.R.: Sim.

Ou numa situação destas optam por trazer tudo e depois decidem o que interessa ao Museu...

A.P.R.: Eu acho que nós temos tido as duas situações, ou seja: por vezes pedem-nos para trazer tudo e nós trazemos e depois cá fazemos essa diferenciação de materiais, e por vezes é no próprio local que fazemos essa selecção. E temos casos também em que as pessoas não estão dispostas a ceder-nos toda a colecção e nós aí também fazemos essa selecção de materiais.

Relativamente a como se fez o reconhecimento do local já falaram em registo fotográfico, em registo oral...

A.P.R.: Sim, sim, onde se encontravam, também...depois uma coisa interessante dessa recolha foi que nós em 2003 fizemos uma exposição dos estaleiros de Portimão, e portanto...

Onde? No Museu?

A.P.R.: Aqui mas isto nem sequer estava pronto, não tinha nada a ver, ainda não estava para obras.

Mas então a exposição foi feita na antiga fábrica?

A.P.R.: Sim, sim, foi.

Que pena não ter conhecido essa fase...

A.P.R.: Vieram a ser recolhidas depois informações adicionais por parte de outros antigos trabalhadores e era muito engraçado porque foram, de certa forma, cosendo essa história, porque tinham conhecido o antigo mestre, e portanto iam ajudando-nos a compor um bocadinho esta história, não só com as informações da família, mas também de outras pessoas que começaram e que trabalharam com ele.

Sobre se foram registadas informações do doador/a...

A.P.R.: Sim neste caso foi e a relação com eles foi sempre de grande proximidade.

E estas informações formam consideradas importantes para o conhecimento das peças?

A.P.R.: Imprescindíveis, a relação com essa senhora e com o filho, e as informações que ela nos deu foram imprescindíveis para contextualizarmos a peça e percebermos o seu valor de utilização, de vivência, foi fundamental. Ela, na inauguração da exposição esteve presente e viu-se que para ela foi importante poder perceber que aquele espólio que tinha doado, não só estava no Museu, como estava a ser mostrado.

Portanto os dados que estão a ser recolhidos... são depois utilizados pelo Museu para falar de outras formas de vida ou do contexto de onde procede o objecto?

A.P.R.: Estas exposições de história local, enfim história contemporânea, geralmente fazem sempre recurso às recolhas orais que são feitas e, neste momento que a equipa foi alargada nós temos uma pessoa dos audiovisuais que está fazer recolhas vídeo e portanto isto são componentes que estão muito presentes.

3.6. E quando vocês chegam ao Museu: Quem se interessa por ver o bem/exemplar ou colecção? Quem tem acesso a ela?

A.A.: Eu acho que todas as pessoas relacionadas com inventário propriamente dito manifestam esse interesse.

Todas as pessoas relacionadas com inventário... então falamos de vocês as duas e de que outras pessoas?

A.A.: Da Lurdes, de outras pessoas que estão lá em cima e das pessoas que estão na oficina e no laboratório que são as pessoas de conservação, restauro...

Alguém que fotografe?

A.P.R.: Não, somos nós mas às vezes também pedimos apoio a alguns colegas que manifestam interesse. Para efeitos de exposição, muitas vezes recorremos a fotógrafos, para catálogos, publicações...

Mas há alguém no Museu desta área específica?

A.P.R.: Por acaso temos aqui um fotógrafo de profissão, mas aqui dentro, no Museu, não é essa categoria que exerce.

Quem é que tem acesso aos novos bens?

A.P.R.: Nós, geralmente, temos aqui dentro uma política muito aberta em relação aos acessos aos espólios. Por exemplo as respostas a este questionário foram feitas em grupo.

Fala do questionário que eu enviei na fase prévia à entrevista? Como foi isso?

A.P.R.: Sim, este questionário, há dados que foram vistos com técnicos de arqueologia, outros...

Então estiveram a trabalhar nas respostas a partir do documento enviado...

A.P.R.: Sim, até porque nós considerámos o questionário muito interessante, até mesmo como um instrumento de trabalho interno achámos que tinha interesse.

Em relação às peças propriamente ditas, geralmente estão acessíveis a pessoas interessadas. Aqui no Museu temos técnicos de História que por vezes estão relacionados com a investigação da peça, mas que se interessam, ficam curiosos. Muitas vezes há também uma partilha de informação depois sobre esse bem.

4. O Museu manifesta-se

Pode falar-me dos aspectos considerados pelo Museu como mais relevantes para o conhecimento dos bens/exemplares de natureza flúvio-marítima que nele entram, dando conta sobretudo de:

- 4.1. De aspectos relacionados com a caracterização do bem/exemplar;
- 4.2. De aspectos relacionados com a história do bem/exemplar: material de que é feito, funções que exerceu ou exerce, o seu autor ou em que circunstâncias foi feito, o seu valor estimativo para as pessoas que o tinham na sua posse;
- 4.3. De aspectos relacionados com a história da pessoa ou pessoas que o usufruíram;
Que consideram mais relevante quando realizam a pesquisa, tendo em conta que falamos sempre em PFM?

A.P.R.: Falando em termos de PFM, eu acho que aquilo que nos interessa para já, eu acho que é entender um pouco o contexto, porque geralmente as recolhas que nós fazemos de PFM estão relacionadas com actividades laborais, com profissões... e portanto tem muita importância para nós esta questão das recolhas dos contextos de trabalho desde os processos operatórios às condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

Relacionados, por exemplo, com a história do bem cultural?

A.P.R.: Sim, por exemplo, tem muito a ver com o contexto de funcionamento desse bem, geralmente com instrumentos de trabalho, e também com a contextualização da peça numa determinada altura, de acordo com um determinado funcionamento, como é que ela foi utilizada, por quem, pelo que ela foi substituída, por quem, quando é que acabou o tempo de vida por assim dizer, de utilidade da peça e o que lhe aconteceu posteriormente. As peças geralmente é obvio que têm a sua própria história de funcionamento mas interessa-nos muito as histórias que depois giram ali à volta delas.

E aspectos relacionados com a história da pessoa, ou da relação que o criador/utilizador teve com o objecto, o que é que interessa mais?

A.P.R.: Sim, isso geralmente é o mais importante e o mais interessante. Eu lembro-me por exemplo dos martelos de calafate que nós temos na exposição dos estaleiros e, geralmente, quando fazemos as visitas orientadas até muitas vezes aquilo que se revela, mais do que a utilidade ou tanto como a utilidade da peça é um bocado as histórias que giram em volta daquilo. O facto de aquele martelo funcionar com um assobio que eram os homens que faziam o seu assobio, que faziam o seu próprio martelo. Cada um deles tinha um assobio distinto. Por exemplo o martelo que a gente tem na exposição foi dum senhor que nos contou essa história, e nós achamos isso muito importante. Muitas vezes ficamos com o registo da pessoa que doa, que conta também um bocadinho sobre a história da peça.

E se ela não contasse...

A.P.R.: Nós o que fazemos é elaborar um guião de entrevista muitas da vezes semi-dirigida, e geralmente incluem-se esse tipo de questões para que se chegue também um bocadinho lá. Porque é assim, nós aqui funcionamos com diferentes tipos de guiões e de materiais porque uma coisa é esta questão do processo operativo, que são perguntas muito específicas, e outra coisa é esta contextualização social, humana... e depois a própria história de vida das pessoas, que é uma coisa que nós por vezes fazemos: histórias de vida, histórias de família... Por exemplo, na indústria conserveira isso é muito presente porque havia famílias inteiras a trabalhar na indústria...

4.4. Gostava de saber se o registo destas informações é tido por essencial:

4.4.1. Para se prepararem exposições no futuro;

4.4.2. Para a história do Museu e das suas actividades;

4.5. Estes estudos e inventários permitem considerar o bem/exemplar que entrou no Museu, ou a colecção que passou a fazer parte do seu espólio, objectos que antes tinham uma *vida em sociedade*?

A.P.R.: Estas informações são utilizadas na inventariação, é óbvio, e depois são usadas na investigação para exposições, são utilizadas nos próprios serviços educativos, por vezes por exemplo, lembro-me das nossas visitas orientadas com a Maria (criamos aqui uma figura de uma conserveira, que é a Maria) que vai explicando ao pessoal um bocadinho a história das conservas...

Ela vai caracterizada?

A.P.R.: Vai, vai vestida. E o Nuno de pescador.

E os dois fazem a visita guiada?

A.P.R.: Sim, cada um a uma parte

E fazem para escolas? Ou também para os adultos?

A.P.R.: Eu julgo que é só com escolas.

Portanto esse tipo de informações são para os serviços educativos, para as publicações. E aquilo que se espera futuramente é conseguir reforçar esse elo com o público aqui e também através do centro de documentação e não só. Esta coisa das pessoas, da relação que estabelecemos com elas, com os entrevistados, com os informantes, estas pessoas

tornam-se informantes do Museu, ao fim e ao cabo. Nós neste momento estamos a ver se tratamos aí de uns cartõezinhos de colaborador que, por acaso, até lhe podia ter mostrado, porque a gente tinha lá em cima, porque vamos agora enviar.

Portanto nós também gostávamos de perpetuar um bocado estas recolhas, depois a nível de trabalho com estas pessoas no próprio Museu. Podíamos fazer tertúlias, conversas com elas, serem elas até por vezes a poderem participar...Isto é uma coisa que está agora a ser estruturada, está agora a ser pensada.

Então até agora não houve tertúlias.

A.P.R.: Não, até agora não.

Recolhas de histórias de vida, sim?

A.P.R.: Recolhas, sim. O trabalho de investigação é feito. Esta parte depois de contacto entre as pessoas e o público, entre os informantes e o público é que está agora a ser pensada.

E entre os próprios funcionários do Museu e os informantes? Eu julgo que temos uma relação muito boa e é uma relação que eu acho que se vai consolidando, que as pessoas recorrem cada vez mais ao Museu. Por exemplo, aqui no centro de documentação há senhores que vêm cá todos os dias, trazer materiais, dar informações, deixar informações... e portanto eu julgo que se vai ganhando naturalmente este elo. Agora era preciso realmente criar uma dinâmica porque nos conhecem, porque nos recebem muito bem, porque gostam de cá vir. Eu posso-lhe dizer que a exposição que temos agora das carrinhas foi feita inteiramente com a ajuda destas pessoas com quem conversámos, que entrevistámos, que nos emprestaram peças. Temos o senhor correeiro que veio montar o arrais no cavalo, foi ele que veio fazer isso.

Já com os estaleiros também foi a mesma coisa, ouve aí senhores que nos vieram ajudar. Agora eu acho que falta criar uma dinâmica entre o Museu e esta comunidade através de algumas actividades onde as pessoas possam realmente estar integradas e depois em contacto, também, se calha, com os públicos, não é?

Também utilizamos a informação recolhida, para além das visitas guiadas, houve uma altura em que estivemos a fazer, por exemplo, um trabalho sobre os bairros operários que também esteve muito relacionado com recolhas de depoimentos, a parte de recolha histórica e documental foi feita pelo Pedro, depois teve também parte de recolhas orais. Ana A.: a própria exposição tem ali os testemunhos dados pelas pessoas.

Este trabalho dos bairros, nós depois também utilizamos estas informações para fazer visitas durante um período de tempo -que agora entretanto nunca mais se fez- mas para fazermos a visita pelos próprios bairros, para levarmos lá grupos de pessoas.

São uma espécie de visitas temáticas?

A.P.R.: Exactamente.

E a que bairros vão?

A.P.R.: Olhe, esta zona aqui do Museu encontra-se circundada por três bairros: o Bairro dos Pescadores, já aqui na subida do Museu, depois temos o Bairro Pontal que não é propriamente um bairro operário, que é um bairro social mas com uma ocupação de operários enorme, e depois temos um outro que é mesmo um bairro operário, e estes três bairros são contidos no espaço de forma que mal se percebe qual é cada um.

E vocês visitam cada um em função de temáticas específicas?

A.P.R.: Nós, na altura, percorríamos os três, porque são juntos uns aos outros e em cada um deles falávamos de diferentes aspectos do seu quotidiano e do seu funcionamento.

Quando fala em bairros de operários, qual é a sua procedência do ponto de vista laboral?

A.P.R.: Indústria conserveira, pescadores...

E agora, actualmente?

A.P.R.: Neste momento tem uma população muito envelhecida, de ex-trabalhadores.

De esta e de outras fábricas também?

A.P.R.: Sim. Havia por exemplo os fumeiros dos frutos secos, muitas das pessoas que trabalhavam nas fábricas também trabalhavam nos fumeiros, mas isto actualmente está tudo desactivado. E actualmente existe uma ocupação de parte de emigração, por exemplo no Bairro Pontal, que é um bairro de cariz social. Nos outros, eu julgo que muitas casas passaram, por exemplo, das gerações mais antigas para os filhos, netos...

Por curiosidade: quando é que se deu a desactivação de estas indústrias, conservas, fumeiros... é tudo em torno da década de 80?

A.P.R.: As fábricas começaram a fechar muitas na altura do 25 de Abril e após o 25 de Abril, porque as condições de trabalho mudaram radicalmente. Era complicado manter as indústrias abertas para além da forte concorrência que havia.

E qual foi a última fábrica que fechou? Chegaram a conhecê-la em funcionamento?

A.P.R.: Sim, a gente ainda lá foi, funcionava parcialmente, porque já só produzia patés de sardinha, foi a Silveira Ramos. Tu já cá estavas (dirigindo-se a Ana Alexandre)? Foi para aí em 2001/02...

E já está desactivada?

A.P.R.: Entretanto nós fomos fazer a recolha porque eles queriam fechar.

E sobre aquela questão da caracterização dos bens culturais, o que é que consideram realmente relevante a este nível?

A.P.R.: Eu acho que nós aqui damos prioridade à história local, não sei se é isso que realmente me está a perguntar...

A caracterização tem a ver com aqueles aspectos que as pessoas associam ao inventário tradicional, às características físicas do bem.

A.P.R.: Então isso é o inventário sumário, então são: designação, função, medidas, talvez imagem... A descrição estaria em segundo lugar? Sim, nós optámos por fazer uma descrição muito sumária, a descrição muito pormenorizada nós deixámos para outra altura. A história do objecto. Isso foi um dos campos que nós fomos procurar logo, andámos a procurar na ficha para ver onde é que se podia colocar esse campo: o campo do histórico do objecto, mesmo que depois as outras informações venham *a posteriori*, mas essa parte da história não sei se era importante incluir.

5. Projectando o Museu ideal.

5.1. Indique-me que propostas apresentaria para actualizar e conferir maior eficácia ao quadro de funcionários/as do Museu, falando em especial:

5.1.1. Nos conhecimentos que uma pessoa deve ter para estudar e inventariar objectos e colecções;

5.1.2. Em outras áreas profissionais relevantes para o estudo e inventário de objectos e colecções de diferentes naturezas;

5.1.3. Nas áreas profissionais que gostava de criar para aperfeiçoar o trabalho de inventariação.

Até podíamos inverter um bocado a ordem das perguntas, por exemplo estes assuntos que antes me comentavam sobre quem está no quadro de funcionários/as, para a partir de aí podermos pensar na situação ideal.

A.P.R.: Mas refere-se ao número de funcionários que tem a ver com inventários ou no geral?

No geral primeiro e depois ao nível do inventário.

A.A.: No geral e como a Ana Patrícia Ramos referiu, uns 36.

Dos quais, funcionários são...

A.A.: 25-26 e é assim: nem toda a gente está afectada ao quadro de funcionários do Museu, há pessoal com esse vínculo efectivo, depois há contratações a prazo...

Essas últimas, com que frequência se renovam?

A.A.: Anualmente.

E, até a um máximo de que... 2, 3 anos?

A.A.: Três. Depois, supostamente, entram no quadro de funcionários. É claro que antes disso há outras situações como estágios profissionais, prestação de serviços, contrato...

Com base nesta informação, quantas pessoas estão a trabalhar no inventário?

A.P.R.: Nós tínhamos estado a ver: aí umas 7.

Ao referir 7, suponho que se trata de pessoas que, como vocês, não estão dedicadas exclusivamente ao inventário.

A.P.R.: Destas 7, duas estão dedicadas exclusivamente ao inventário. Um é responsável pela informatização e outra pela dita ficha manual.

As outras cinco pessoas trabalham no inventário parcialmente, neste sentido como é que se organiza esse tempo parcial em cada caso?

A.P.R.: Por exemplo no caso das arqueólogas elas fazem trabalho de campo e também inventário dos materiais que recolhem nas escavações.

Existe alguma atribuição específica de tempo para cada actividade?

A.P.R.: Por enquanto não.

Então vocês gerem o vosso tempo em função do que é preciso em cada momento?

A.P.R.: Sim

5.2. Indique-me alguns dados sobre o pessoal relacionado com a função da inventariação no contexto deste Museu, referindo por exemplo:

- O nº de pessoas que desenvolve esta função no Museu;

A.P.R.: Sete.

- As suas idades e sexos;

A.P.R.: Dos 28 aos 50, com predomínio de mulheres.

Sim mais, por exemplo, se falássemos por faixas etárias: 26-35, 36-45, 46-55, que é que temos aqui?

A.P.R.: 46-55, duas pessoas, mulheres.

36-45, uma mulher.

26-35, três mulheres e um homem.

- A sua formação (áreas, níveis e actualizações);

A.P.R.: Uma técnica auxiliar (assistente operacional), a que faz as fichas manuais.

Depois temos técnicos profissionais e técnicos superiores.

Assistente Técnica profissional (museografia): 1 mulher, a Lurdes (inventário informático).

O resto são técnicos superiores em: Património (1M 26-35), Antropologia (1M 26-35), Arqueologia (2M, 1 36-45 e 1 26-35) História (1H, 26-35).

- A sua experiência profissional;

A.P.R.: Na área do inventário?

Sim.

A.P.R.: Ninguém tinha. Foi adquirida no Museu.

- As suas condições de trabalho.

A.P.R.: Funcionários fixos do quadro somos quatro pessoas, as outras três estão a contrato a termo certo.

Por curiosidade, as duas primeiras mulheres estão...?

A.P.R.: São fixas.

Então a termo certo estão as pessoas mais novas.

A.P.R.: Sim.

- Quais destes elementos trabalharam na organização do inventário do PFM do Museu?

A.P.R.: Nós as duas (26-35), a Lurdes (46-55) e a (...). As duas mulheres de mais idade.

Em que condições e durante quanto tempo?

A.P.R.: Estáveis. Menos a Ana Alexandre, que está com contrato.

Agora, a partir de aqui, posso saber o que é que faziam para transformar o Museu num lugar ideal ao nível do inventário? Como é que melhoravam o panorama que acabamos de abordar?

A.P.R.: Tendo formação na área do inventário.

E dentro desse universo onde é que vocês detectam mais carências?

Nós somos um museu da Rede Portuguesa de Museus (RPM) e da Rede de Museus do Algarve (RMA), e eu julgo que neste momento nos apoiamos um pouco nas formações que a RPM esteve a fazer na área. Para além destas formações da RPM, nós a nível da RMA também temos vindo a fazer acções de formação e sobretudo de debate das condições do inventário. Por exemplo, este Verão tivemos uma iniciativa que foi “Os Técnicos dos Museus Encontram-se”, foi precisamente para discutir os sistemas de registo e de inventário. Foi apresentada a partir de aqui, de Portimão, mas contou com a participação de outros museus. A nível dos museus do Algarve eu julgo que todos trabalham com o *in patrimonium*, o que é interessante porque em termos de comunicação de rede e de ajuda é muito bom. Para além destas duas iniciativas eu julgo que aquilo que nós fazemos é, sempre que existe uma conferência, um colóquio sobre o tema, nós tentamos ao máximo assistir. Depois existem pessoas aqui dentro com formações, por exemplo, a Isabel tem um mestrado em Museologia, com uma vertente de trabalho dos temas de registo no Museu, e pronto e vamos tentando actualizar os nossos conhecimentos.

Ao nível da formação, então, onde é que sentem mais falta de conhecimentos no dia-a-dia?

A.P.R.: Assim, logo, vem-me uma coisa à cabeça. Nós quando andamos a tentar estruturar um bocadinho este trabalho de inventário e andamos a tentar entender melhor a natureza das nossas colecções, fazemos investigação através da internet, de aquilo que os outros museus faziam e como se organizavam. Recorremos às normas de inventário do *Matriz*, enfim, pesquisamos algumas coisas. Eu, por vezes, de aquilo que sinto mais falta é de haver mais discussão sobre a determinação de certas nomenclaturas, certas classificações, das coisas estarem mais uniformizadas. Isso é uma coisa que cada museu tem as suas formas de funcionar e características, mas eu julgo que dentro da área deveria haver mais pessoas a trabalharem sobre manuais e sobre normas. Sobre as classificações, categorias, enfim...

Aproveitando que referiram a RMA e o facto de partilharem o mesmo programa de gestão de colecções, posso saber se conseguem comunicar através do *in-patrimonium*.

A.P.R.: Não é possível. Podemos aceder na internet à aqueles que disponibilizam as suas colecções via net, mas não podemos trabalhar em rede.

Dos 14 museus da RMA, quais têm colocado à disposição do público, parte dos seus espólios através do *in patrimonium*?

A.P.R.: Não sei se o Museu de Faro tem. Nos ainda não.

A.A.: Nós tivemos na altura da abertura do Museu, um período de experimentação em que fizemos uma migração dos dados do *in-patrimonium* para a base de dados do Centro de Documentação. Na altura da abertura da exposição as peças expostas estavam aqui, acessíveis.

Então para conferir maior eficácia ao quadro de funcionários do Museu seria:

A.P.R.: 1. Formação

Pensando na formação ideal onde é que faziam pontaria?

A.P.R.: Eu acho que nas áreas de Museologia e Património, julgo que seria interessante. Acho que este trabalho com o objecto é interessante, acho que quase que se poderia pensar em implementar cursos mais técnicos, por assim dizer. Da mesma forma que há desenho arqueológico, podia haver medição de peças, coisas mais técnicas. A linguagem na medição... esse tipo de coisas...

Relacionadas com questões de natureza metodológica.

A.P.R.: E mesmo a componente do PCI e da recolha que tem a ver com o contexto da peça, eu acho que era importante.

Tudo isto é importante do vosso ponto de vista.

A.P.R.: Sim, eu acho que sim.

Museologia, Património e depois questões ligada à metodologia.

A.P.R.: Existem pós-graduações, mestrados... que também podiam integrar essa componente se calhar, mas acho que sem serem esses graus, para um técnico como as duas senhoras que já são um bocadinho mais antigas, e não são, por exemplo, licenciadas, acho que devia haver formações técnicas para técnicos de museus.

Em horário pós-laboral por exemplo?

A.P.R.: Sim, nós temos aqui pessoas que teriam todo o interesse em melhorar os seus conhecimentos. Porque isto é um processo de aprendizagem de longos anos, como nas pessoas mais antigas que referi.

2. Criação de espaços de debate

3. Se calhar, nas categorias profissionais íamos a alguém da área da fotografia a tempo inteiro.

5.3. Fale-me do que faria para transformar o seu Museu num lugar ideal para o público, no que tem a ver com o acompanhamento de visitantes, no contexto de actividades que visem o estudo, divulgação e valorização de PFM.

A.P.R.: Em relação ao contacto com o público eu acho que o Museu tem que criar uma dinâmica muito grande. Pronto, nós funcionamos através de visitas orientadas, desenvolvemos actividades educativas com as escolas e temos algumas iniciativas aí. Eu acho que em relação aos visitantes, eu acho que isto é uma coisa que pode ser sempre melhorada e valorizada. Acho que isto depende muito da equipa de trabalho que há, e do número de pessoas que estão relacionadas com o museu. No que concerne especificamente aqui ao PFM, há aqui a aquisição do Portugal I, a traineira de que lhe falei, que eu acho que vai ser muito importante para dinamizar o contacto entre o público e o mar, com algumas actividades com isto relacionadas. É complicado, eu acho que estamos a trabalhar para que esse contacto vá sendo maior.

Acho que era muito interessante podermos desenvolver *workshops*, oficinas temáticas onde as pessoas pudessem ter uma relação de perto com alguns trabalhos relacionados com a costa. Por exemplo, este vídeo que está a ser feito do Portugal I, acho que é interessante

porque as pessoas vão poder ver os trabalhos de perto, ouvir, participar. Acho que é muito interessante nós, através do Portugal I e desse vídeo nós podermos reforçar a valorização das actividades que gostaríamos que essas actividades pudessem ter, porque muitas delas são actividades que estão a morrer completamente, em extinção. Acho que o Museu era muito interessante se pudesse promover uma intervenção social e comunitária neste âmbito, promovendo um bocado a valorização, o desenvolvimento, a continuação da actividade, que é muito complicado.

Nós agora temos um projecto que não é dentro da área do PFM, tem a ver com a alimentação, é um projecto europeu onde estão em causa valores ecológicos, valores relacionados como os rituais quotidianos pelos quais passamos e que podem ter directamente a ver com o uso deste tipo de património e, por tanto divulgar ao máximo este tipo de património através de actividades.

E no caso da componente imaterial do PFM?

A.P.R.: Aquilo que gostava mesmo era que o trabalho que está a ser feito em termos de recolha imaterial, que pudesse de alguma forma chegar ao público. Há muito material que está tratado e gostava que o material devidamente tratado pudesse estar acessível ao público. Há a ideia de fazer um núcleo de PCI aqui a partir do Centro de Documentação. Nós temos fundos, desde recolhas imateriais a fotografias que são dadas pelas famílias; portanto, fazer fundos, se calhar familiares relacionados com actividades, que pudessem ser consultados, visitados, pelas próprias famílias...

Que é que seria um núcleo de PCI?

A.P.R.: Seria um núcleo onde se reuniriam essas recolhas imateriais, devidamente tratadas.

Os registos?

A.P.R.: Os registos orais, áudio, vídeo, fotográficos...

E depois que é que fazia nesse núcleo?

A.P.R.: À partida isso estaria informatizado com um fundo material devidamente guardado mas de acesso público e que serviria para se fazer, se calhar, uma semana temática, em que estariam acessíveis ao público diferentes tipos de registos, para investigação, que pudessem ser utilizados noutras actividades do Museu. Por exemplo, uma coisa que o Museu ultimamente já vai fazendo é servir de intermediário entre entidades que nos procuram e que através de nós procuram grupos de pessoas com histórias

Então o núcleo do PCI seria para consulta, pesquisa, divulgar, investigar...

A.P.R.: Sim e para dinamizar o Centro de Documentação, as oficinas... Lá está a ideia das tertúlias, de desenvolver núcleos de conversação, de passeios partindo deste núcleo do PCI...

5.4. Como transformava o seu Museu num lugar ideal para o público em geral?

Refira mais especificamente as questões que envolvem contactos e relacionamentos com a população envolvente.

Por exemplo, fiquei com impressão de que gostariam de dar continuidade às visitas aos bairros operários.

A.P.R.: Sim, por exemplo.

É assim, algumas destas pessoas pertencem, por exemplo, a associações culturais. O trabalho com os conserveiros foi feito através de uma associação cultural que eles têm, dinamizam.

Ha sim?

A.P.R.: Sim, não é uma associação de operários, é uma associação de reformados do Bairro Pontal, e eles têm dinâmicas, e organizam imensas coisas. E eu às vezes gostava que na organização desses eventos que são delas, não são nossas, mas que houvesse uma interacção. Não só centrarmos aqui a nossa acção mas também podermos descentrá-la.

6. A gestão do conhecimento.

6.1. Fale-me do sistema de documentação e gestão da informação relacionada com o espólio do Museu, referindo em especial:

- Os critérios de selecção utilizados na escolha do sistema.

A.P.R.: Era o que integrava maior número de tipos de património. Acho que essa foi a opção fulcral.

Em que ano foi adquirida a versão actual?

A.P.R.: A actual, contando com o imaterial já, foi este ano (2009).

Porque o primeiro *in patrimonium* de quando é?

A.P.R.: 2003.

Antes desta fase com que ferramentas trabalhavam?

A.P.R.: Antes, acho que só fazíamos registo manual.

Tinham comentado que no período 2003 a 2009 tinham conseguido informatizar aproximadamente 50% das vossas colecções.

A.P.R.: Sim, mais ou menos.

- A denominação do sistema utilizado e os objectivos pretendidos pelo Museu;
- A sua utilidade (a nível interno e externo ao Museu), possibilidades de trabalho em rede com museus da mesma temática e com museus em geral, preparação de exposições...;

Possibilidades de trabalho em rede vimos que não há, e que este sistema não serve para comunicar entre instituições.

A.P.R.: Eu acho que o que se pretende é uniformizarmos um bocado a linguagem de trabalho. Agora, acedermos aos outros sem ser por internet, não me parece que seja possível.

Poderia haver esse tipo de opções em que é possível fazer consulta e não é possível alterar dados de outras instituições para evitar situações delicadas?

A.P.R.: Mas isso é o tipo de consulta que o público pode fazer através da página de cada instituição.

Sim, mas uma coisa é o público e outra os especialistas ou os responsáveis das diferentes funções do Museu.

A.P.R.: Por acaso é uma opção que a gente nunca explorou.

Consistiria em poder entrar nas bases de dados das outras instituições para atingir um outro nível de trabalho em rede, com o objectivo de dinamizar situações como é o caso da preparação de uma exposição...

A.P.R.: Sim, eu percebo, mas acho que não é possível.

- A possibilidade de actualização do sistema e dos dados nele contidos;

A.P.R.: Tínhamos falado anteriormente.

Sim, tínhamos referido que é possível definir algumas condições no momento da aquisição mas, e depois de adquirido?

A.P.R.: Eu acho que eles facultam, que é possível.

A. A.: Eu acho que o contrato de aquisição do programa pode incluir só o software ou então software mais assistência. Porque na primeira aquisição não tínhamos a opção da assistência, era tudo pago à parte.

E agora já tem?

A.P.R.: Agora acho que sim, que com esta nova versão vai ser adquirida possibilidade de assistência. O Alexandre é que sabe.

Isto suscita-me outras dúvidas, como por exemplo, por quanto tempo é que se contrata esta assistência? Períodos de 5 anos?

A.P.R.: Não sei, temos uma pessoa aqui na área da informática e essas questões passam mais por ela.

- Os custos aproximados que envolve a sua aquisição e manutenção.

A.P.R.: Pois, isso não sei, mas podemos colocar essa questão ao Miguel.

Eu agradecia pois não tenho dados destas últimas versões.

A.P.R.: Isto tem a ver com o número de licenças concedidas, ou seja com o número de utilizadores do sistema...

Então são os sete mais a direcção?

A.P.R.: Não, menos, acho que vamos ter 4 postos de trabalho onde podemos trabalhar os sete.

Por turnos então?

A.P.R.: Sim, pois estas licenças são pagas à parte.

6.2. O que mudava/acrescentava ao sistema para ele desenvolver a sua função de forma mais dinâmica e acessível, na preparação de exposições relacionadas com o PFM?

Eu sei que estão em fase de experimentação desta nova versão mas, há alguma coisa que neste momento gostariam de mudar, acrescentar ao sistema?

A.P.R.: Acho que não está directamente relacionado com o programa mas, talvez como vimos ali, o manual de utilização é mais uma enciclopédia. Devia ser mais acessível e devia ser de mais fácil consulta, porque imagine que estamos a fazer uma ficha e que nos surge uma dúvida. Até que a gente consiga encontrar e consiga ler aquilo tudo...

Se calhar haver duas versões de manual... Se calhar organizando a informação de outra forma...

A.P.R.: Sim, nós vamos ter de fazer o nosso próprio manual. Porque ainda somos muitas as pessoas que vamos trabalhar no sistema e precisamos de uniformizar os procedimentos para dar forma a uma atitude certa, ao fim e ao cabo.

De qualquer maneira dá a impressão de que este programa permite definir esse tipo de procedimentos...

A.P.R.: Sim, é mais ou menos, este manual será de procedimentos para o preenchimento do inventário de forma que também as diferentes áreas como Arqueologia, Etnografia, possam ter uma linguagem o mais comum possível. Depois - é dentro do programa de inventário - para sabermos de uma forma clara que tipo de informações se pretendem e que opções vamos tomar no preenchimento dos diferentes campos.

7. A experiência da entrevista realizada.

Gostava de saber o que é que acharam da entrevista realizada.

A.A.: Da minha parte acho que não. Estivemos a ver o questionário, como a Patrícia tinha referido e achamos que é um excelente ponto de partida para nos debruçarmos sobre esta temática. Acho que todos os campos a nível do inventário acabam por estar aqui abordados.

Como vocês viram, eu continuo a acrescentar coisas.

A.A.: Só por curiosidade, este trabalho está relacionado com alguma investigação de doutoramento, mestrado...

Sim, eu pensei que vos tinha chegado a carta...

A.P.R.: Sim, eu tenho a carta, mas não aqui.

Este estudo constitui o meu trabalho de terreno para a tese de doutoramento e é feito em 10 museus portugueses.

A.P.R.: Ah, em 10. E no Algarve, quantos visitou?

Bom, são 10 museus que foram seleccionados com a ideia de criar uma amostra o mais completa possível (diferentes tutelas, colecções, modelos de gestão...)

A.P.R.: Mais tem sempre uma componente fluvio-marítima.

Não, dois estão ligados a esta componente: Seixal e Portimão.

A.P.R.: Ah! Pensei que eram todos.

Não, tenho museus nacionais, universitários, locais, de associações... e depois tenho museus que respondem a questões específicas relacionadas com a temática da tese e com as condições de realização do trabalho, que, não sei se viram na carta, mas está sendo realizada ao abrigo de um projecto de investigação e desenvolvimento chamando

Celebração da Cultura Costeira e onde está sendo realizada uma experiência de inventário participado que eu tenho seguido de perto. Neste contexto existem também outros dois museus onde abordo questões ainda mais específicas no mundo do inventário, como a preparação de uma exposição (Traje reais do Museu Nacional do Traje de da Moda) e a realização de um projecto com uma componente imaterial muito forte, o *Translana* do Museu de Lanifícios.

A.P.R.: Mmmm! Conheço, isso é muito interessante...

A ideia é perceber como é que está a funcionar o inventário nos museus portugueses: que é que se passa, como é visto, sentido e trabalhado, quem lhe dá forma no dia-a-dia, que lugar ocupa a dimensão imaterial do património... E depois, claro, fazer o paralelismo entre a realidade e o que os documentos legais referem sobre estes assuntos...

Enfim, acrescentavam algum outro dado que não tenha surgido ao longo da conversa?

A.P.R. e A.A.: Não

Obrigada.

Outras informações, relacionadas com os dados completos e actualizados que se ligam ao perfil socioprofissional das pessoas que intervêm na área do inventário, e ao funcionamento do SGC do MMP.

Respostas obtidas, ao longo de 2010 e 2011, através de correio electrónico e por contactos telefónicos, com a colaboração de Ana Patrícia Ramos.

5.2. Indique-me alguns dados sobre o pessoal relacionado com a função da inventariação no contexto deste Museu, referindo por exemplo:

- O nº de pessoas que desenvolve esta função no Museu: 8
2 pessoas género Masculino e 6 pessoas género Feminino.
- As suas idades e sexos:
26-35: 2 M e 3 F
36-45: 1 F
46-55: 2 F
- A sua formação (áreas, níveis e actualizações):

Áreas de formação:
Historia: 2 M
Património Cultural: 1 F
Antropologia: 1 F
Arqueologia: 2 F
Assistente operacional: 1 F
Assistente técnica de Museografia: 1F

Níveis de formação:
Ensino Básico: 1F
Educação Profissional: 1 F
Bacharelato ou Licenciatura: 2 M e 4 F
- A sua experiência profissional:
Nenhuma quando entraram no Museu.
- As suas condições de trabalho:
4 Mulheres são funcionárias e as restantes pessoas (2 mulheres e 2 homem) trabalham em regime de contrato a termos certo.

Segundo os escalões de remuneração estabelecidos nos encontramos com que:
Até os 750 € se encontra 1 F, que corresponde à pessoa com nível de formação mais baixa
Entre os 1001 e os 1500 €, se encontram 2 M e 4 F, todas pessoas com um grão universitário
Entre os 1501 e os 2000 € se encontra 1 F, que corresponde a uma das técnicas de Arqueologia

6.1. Fale-me do sistema de documentação e gestão da informação relacionada com o espólio do Museu, referindo em especial:

Os bens inventariados no SGC do MMP:

- Número de bens que integram o espólio do Museu: 53.851.
- Percentagem com inventário informatizado: 20.172 (aproximadamente 38%).
- Não existe registo da percentagem de bens relacionados com o estudo do PFM.